



[Atribuição BB CY 4.0](#)

Entre aquilombamento e quilombismo: ensaio sobre afrocentricidade e produção acadêmica

Kelly Cristina Quintiliano¹

Resumo

Neste ensaio trouxe minhas inquietações sobre a importância da afrocentricidade para a produção acadêmica a partir da perspectiva teórica do aquilombamento (Nascimento, B., 1982) e quilombismo (Nascimento, A., 1980), tendo como pano de fundo as narrativas de um grupo de alunas negras do mestrado em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. Pretendi construir reflexões sobre nossa presença no Programa de pós-graduação e como isso impulsionou nosso aquilombamento, fomentando discussões sobre a práxis negra e associando-nos ao processo quilombista. Justifico e materializo essas reflexões para que essa produção acadêmica resista ao epistemicídio a que poderiam estar sujeitos nossos saberes. Ao trazer nossos saberes, trago as nossas vozes, posicionando-nos como agentes de ideais e questionando epistemologias eurocêtricas e patriarcais (afrocentricidade. Asante, M. K., 1980). Assim, esse ensaio é relevante por registrar a produção acadêmica dessas mulheres negras, decorrente do processo de afrocentricidade, aquilombamento e quilombismo.

¹ Doutoranda em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. Bacharel em Direito pela Universidade Bandeirantes. Especialista em Direito Público pela Escola Paulista de Magistratura. Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. Servidora pública estadual. Co-fundadora e coordenadora de projetos do Instituto Rede Amalgamar - Diversidade em prática, Consultoria, Advocacy, Formação e Treinamento Interseccional. Ori-entadora no Instituto Itéramãxe. E-mail: k.quintiliano@usp.br

Palavras-chave

Afrocentricidade; quilombismo; aquilombamento; produção acadêmica.

Recebido em: 01/04/2025

Aprovado em: 06/10/2025

Between aquilombamento and quilombismo: an essay on afrocentricity and academic production

Abstract

This essay raises my concerns about the importance of afrocentricity in academic production from the theoretical perspectives of aquilombamento (Nascimento, B., 1982) and quilombismo (Nascimento, A., 1980), using the narratives of a group of Black female master's students in Human and Social Sciences at the Federal University of ABC as a backdrop. Intended constructs reflections on our presence in the program and how it motivates to form a collective (aquilombar) and foster discussions on Black praxis, aligning with the quilombista process. I justify and materialize these reflections so that this academic production resists the epistemicide to which our knowledge may be subject. By bringing our knowledge, I bring our voices, positioning ourselves as agents of ideas and questioning eurocentric and patriarchal epistemologies (afrocentricity. Asante, M. K., 1980). Thus, this essay is relevant for recording the academic production of these Black womens, resulting from the process of afrocentricity, quilombamento, and quilombismo.

Keywords

Afrocentricity; quilombismo; aquilombamento; academic production.

Introdução

Neste ensaio registro os caminhos e chão por onde meus pensamentos andaram na pós-graduação e opto pela análise de narrativas e história oral como ferramentas metodológicas, tendo como objeto um quilombo acadêmico. Trago minhas inquietações sobre a importância da afrocentricidade para a produção acadêmica a partir da perspectiva teórica do quilombamento (Nascimento, B., 1982) e quilombismo (Nascimento, A., 1980), tendo como pano de fundo as narrativas de um grupo de alunas negras do mestrado em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC.

E mais do que apontar reflexões sobre a intersecção entre as teorias apontadas, peço licença para apresentar mulheres negras que comigo estiveram no mestrado entre 2022 e 2025. Embora eu não possa ampliar as narrativas aqui apresentadas para representar toda a comunidade acadêmica negra, discorrer sobre afrocentricidade a partir das narrativas e produções acadêmicas dessas mulheres é dar vivacidade e concretude ao trabalho dessas cinco mulheres negras que, deliberadamente, se uniram para fomentar discussões sobre as suas vivências e a práxis negra.

1. Metodologia e justificativa

Ao compartilhar histórias sobre a nossa produção acadêmica, busquei identificar um fenômeno de estudo e, assim, esse compartilhar passa a ser visto como método de trabalho para a produção deste ensaio. Nesse sentido, a análise de narrativas se mostrou uma ferramenta viável para pensar a relação entre afrocentricidade e produção acadêmica, vez que observei que a produção acadêmica como objeto de pesquisa, neste caso, faz sentido a partir da análise de narrativas ao encontrar similaridades entre as histórias dessas mulheres, ainda que se tenham produções acadêmicas distintas.

E pensando nesse grupo de mulheres como um quilombo, a história oral mostra-se pertinente também como ferramenta metodológica. A importância da história oral está no registro da experiência e aceita-se como ciência porque transcende o individual, ainda que surja na subjetividade.

A história oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro. (...) em outras palavras, a história oral nos oferece acesso a historicidade das vidas privadas _ mas, mais importante ainda, ela nos força a redefinir nossas noções preconcebidas sobre a geografia do espaço público e do espaço privado, e do relacionamento entre eles. (Portelli, 2016, p. 16)

Nesse sentido, recorrer à história oral permite acesso a parte da historicidade das vidas privadas, transcrevendo a ideia defendida nas dissertações e produções acadêmicas destas mulheres. E a partir das narrativas percebe-se que essa produção diz muito sobre suas próprias trajetórias enquanto mulheres negras. Portanto, inscreve-se no ambiente privado e, pelo compartilhamento das experiências ou mesmo pela similaridade dessas narrativas, o privado pode ser visto como público, ou seja, as declarações pessoais podem ser lidas como coletivas, ampliando sua área de atuação, vez que trazem questões comuns. As diferenças e as tensões também são importantes de serem analisadas, sob pena de incorrer numa romantização do grupo, isentando-o de quaisquer falhas.

Assim, quando traço percursos e narrativas dessas mulheres negras, adentro no universo das relações sociais. Cabe a mim, pesquisadora, inicialmente, me dispor a ouvir, me manter fiel ao registro da escuta e construir um pensamento crítico a partir dos dados coletados. Assim, é considerável contextualizar algumas questões levantadas por Portelli: atentando para a construção do grupo de mulheres no mestrado, qual a experiência pessoal que as uniu? Essa experiência pode ser considerada dentro de um contexto histórico? E como isso invadiu as vidas privadas dessas mulheres? Na reduzida inserção de negros na pós-graduação? Ou poderia ser o momento da constatação desse problema social o momento em que as vidas privadas são sugadas para dentro da história? Essa experiência que as uniu e as jogou para dentro do contexto histórico foi o racismo, invadindo suas histórias, confundindo vida pública e privada.

Também observa-se que a mulher negra sempre teve o espaço público como terreno de domínio, embora esta conquista de espaços não seja necessariamente uma conquista de gênero, com as significações de valorização do feminino, ou uma conquista racial, na medida em que a utilização desse espaço público decorreu da autorização para o trabalho, tornando esse terreno um campo de desigualdades, conforme pontuam Carvalho e Quintiliano:

(...) Compulsório ou livre, em qualquer circunstância, o trabalho para as mulheres negras no Brasil sempre foi marcado por imposições de ordem histórica, racial e de gênero. (...) O espaço público, destinado aos homens, brancos ou negros, passou a ser dividido com as mulheres negras (...) Quebra-se assim uma ordem instituída. (Carvalho; Quintiliano, R., 2009, p. 89/90)

E ainda que a universidade possa ser considerada um espaço público, considerando a educação como instituição estatal, persiste no imaginário social a ideia de ser espaço reservado para pessoas brancas. Embora alguns estudos indiquem um crescimento do número de negros na graduação e na pós-graduação, ainda é imperioso observar o número de concluintes, registrando as dinâmicas de permanência desses corpos. E mesmo que haja uma naturalização da ausência de corpos negros concluintes na pós-graduação, pensar que a não inserção decorre de uma luta de classes simplifica a problemática racial. Essa ausência concretiza o não reconhecimento de um corpo não branco enquanto detentor do direito ao espaço acadêmico. Essa problematização foi trazida como um não-lugar. O não-lugar é um lugar de não pertencimento. Esse não-lugar é questionado por Daniel Munduruku e Cida Bento, no mini-documentário *Nenhum saber para trás: o perigo das epistemologias únicas*, de 2023, da Alma Preta Jornalismo e Observatório da Branquitude: “um lugar onde não cabe o povo brasileiro, que é negro, indígena, quilombola, enfim, é um lugar para determinado tipo de elite” (Bento, 2023). Nesse não-lugar estamos inseridas como mestradas, num processo de resistência, adequando-nos à ideia de quilombismo.

Andrea Alves, integrante desse grupo, em uma de nossas trocas caracteriza a escola, concretude do espaço de educação, como um lugar violento: “a escola é o maior espaço de violência, principalmente racial. Vivi todos os absurdos como mãe, e agora como professora” (31/10/24). O que me leva a questionar, e como pesquisadora? Como esse espaço, que socialmente determinou quais corpos podem ocupá-lo, é ou não violento? Lembrando que a violência não se manifesta apenas fisicamente.

Essa escolha por aceitar determinados corpos nos espaços acadêmicos naturaliza a ausência ou o não-lugar de não-brancos nas universidades. Pensar a presença ou a ausência negra a partir do lugar da liberdade tem relação com a naturalização da violência a que determinados corpos estão sujeitos no ambiente educacional. Cida Bento, no documentário mencionado, não naturaliza esse posicionamento, antes o coloca como uma escolha, como algo voluntário e

intencional. Logo, conceituar violência implica em reconhecer a diversidade de suas manifestações, sendo vital empreender um estudo crítico da educação, da produção de conhecimento e da relação disso com a negritude. Assim, negar a existência da práxis negra na pós-graduação é não reconhecer a diversidade daqueles que acessam tais espaços. É tornar o epistemicídio palpável.

Portanto, pensar na escolha metodológica parte também da ideia de adequar a análise do objeto de pesquisa ao objetivo pretendido. Nesse sentido, me pareceu viável a utilização tanto do estudo das narrativas quanto da história oral.

2. Nossas histórias: afrocentricidade, quilombamento e quilombismo

As nossas histórias resultam da amálgama de mulheres negras e suas vozes. Vozes que aqui se apresentam em produção acadêmica e se associam a afrocentricidade, quilombamento e quilombismo.

O ajuntamento de negros foi discutido por diversos intelectuais. Para Abdias do Nascimento (1980), traz o caráter de resistência, na medida em que se opõe às forças escravocratas; traz uma ideia de resistência contra o racismo e opressão que reveste o quilombo do ideal de luta. Considerando o período pós-escravocrata, Nascimento acrescenta a perspectiva de persistência cultural e manutenção da forma organizacional desse ajuntamento negro. Assim, Abdias do Nascimento cunhou o termo quilombismo, que para além do caráter de resistência, propõe estratégias de inserção efetiva do negro no contexto social brasileiro, não apenas como força de trabalho, mas como sujeito de direitos e propositor tanto de políticas públicas quanto de decisões legislativas e executivas.

Nesse sentido, o quilombismo não prevê a inserção do negro de forma assimilacionista, mas em patamares igualitários, aliando a ideia de afrocentricidade. Nesse contexto, o quilombismo propõe também a ocupação dos espaços educacionais, não só como discentes, mas como parte integrante do corpo docente e do gerenciamento administrativo desses espaços, sendo, portanto, considerados como tomadores de decisão. Considerando que na pós-graduação, essa tomada de decisão também parte da propositura das ideias a serem pesquisadas, pode-se categorizar o pesquisador como tomador de decisão e detentor de poder. Portanto, esse grupo de pesquisadoras negras concretiza as ideias quilombistas ao ocupar o espaço do mestrado.

O termo aquilombamento refere-se à ideia de quilombo, de formar quilombo, de tornar-se um quilombo. Quanto ao termo aquilombamento, optei pelas ideias de Beatriz Nascimento. No texto *Quilombos: mudança social ou conservantismo?* (2021), ela alega que se entender o quilombo enquanto agrupamento de resistência e passível de repressão, ele só pode existir no período da escravidão, tendo terminado oficialmente com a Abolição. Mas tendo os problemas persistidos não haveria necessidade de manutenção de tal organização social? Ela entende que não mais com o mesmo nome, mas ainda como recurso de resistência e enfrentamento, o sistema organizacional persiste, absorvendo novos elementos. Em *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas* (2021), ela declara que os quilombos se revestem da ideia de resistência ao sistema escravocrata, corroborando a ideia de Abdias do Nascimento, e amplia esse conceito ao apontar a liberdade como característica essencial do quilombo. Logo, a liberdade passa a ser uma das motivações da manutenção do quilombo, como lugar de liberdade, em contraposição à escravização.

Neste ensaio apresento a ideia de que esta indagação não tem intenção de invalidar o quilombo como processo de resistência, mas sim questionar a redução do quilombo a um processo exclusivamente de resistência. Beatriz Nascimento traz a perspectiva de identificar o quilombola como um sujeito de direitos e o quilombo como uma formação de homens livres. E nesse sentido, o quilombo também se fundamenta, para além do caráter histórico e do continuum social e cultural, como um lugar de sonho e esperança. No texto *O quilombo do Jabaquara* (2021), ela sinaliza que o Quilombo do Jabaquara não foi um lugar criado por negros como um processo de resistência. Foi um lugar de fuga em direção à uma terra prometida, um lugar em que a liberdade era praticada, onde os laços étnicos e ancestrais eram revigorados. Para ela, a fuga e o buscar o quilombo só poderia ser compreendida pelo significado que o quilombo adquire na memória social como lugar de profundas raízes históricas, ligando o quilombo ao ancestral. Logo, considero que há que se ter uma intencionalidade nesse agrupamento de negros, uma valorização da negritude e uma ideia de luta e resistência contra a opressão para se identificar um quilombo. E sendo quilombo, fundamenta-se na ideia de aquilombamento. Portanto, compreendo esse grupo de mulheres como um quilombo acadêmico por termos nos agrupado deliberadamente, buscando resistência e ao mesmo tempo pertencimento.

Desse modo, reforço que os conceitos de quilombamento e quilombismo trazem em sua centralidade a negritude. Negritude que foi o fator de coesão desse grupo de mulheres. Negritude não percebida apenas pelos traços fenóticos; negritude percebida como identidade, uma identidade política, embora apartidária. Grada Kilomba (2016), apresenta uma reflexão sobre a influência de Audre Lorde para o seu entendimento do conceito de identidade política. Ela preconiza, atendendo a Audre Lorde, que é primordial o processo histórico, desmistificar conceitos e adotar uma autodefinição que permita a humanização do negro.

A compreensão da minha autodefinição e, conseqüentemente, a apropriação da identidade me permitiu compreender que o racismo é um fator externo ao que nós somos, embora ele influencie no ingresso, permanência e produção na pós-graduação. E por ser um fator externo, as dinâmicas sociais a que este grupo de mulheres estiveram sujeitas foram permeadas por situações racistas, classistas e misóginas. Mas, foi o racismo vivenciado diretamente por estas mulheres que se efetivou como fator decisório para a formação desse grupo, embora as nossas vivências já estivessem entrelaçadas nos unimos porque nossas experiências enquanto mulheres negras em espaços de poder foram similares.

Para além da ocupação de espaço físico, estar no mestrado ocupa também o imaginário social sobre a percepção de qual o lugar adequado ao negro. Gonzalez apresenta o lugar de negro como um espaço resultante de práticas discriminatórias que condicionam lugares apropriados ao negro. Romper com essa lógica de dominação alinha-se a ideia de lugar emancipatório, trazendo, nas palavras dela, a marca de libertação de todos e todas (e aqui se amplia para todes, optando por uma linguagem de gênero neutra). Assim, o lugar social se alinha ao lugar físico para dar sentido ao nosso grupo de mulheres negras e às nossas pesquisas. E dar sentido ao nosso grupo é proclamar nossa soberania sobre nossos corpos ao permitir que nossas pesquisas sejam determinadas por nós. Logo, a nossa produção acadêmica é a concretização da afrocentricidade na medida em que nossos corpos negros são reconhecidos e autodeclarados como produtores de conhecimento.

A afrocentricidade como ideia conceitual remete ao livro *Afrocentricidade: a teoria da mudança social*, de Molefi Kete Asante (1980). Nele se apresenta uma crítica ao eurocentrismo, buscando o resgate do africano como sujeito de direitos e o reposicionamento de África na centralidade de sua

própria história. No texto *Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: uma introdução a uma ideia*, Asante (2016) diz que a afrocentricidade tem mudado as perspectivas sobre a natureza das investigações científicas, colocando o africano como agente de ideias, em contraposição à dominação eurocêntrica. Para ele, a afrocentricidade crítica à dominação cultural e econômica ao questionar as epistemologias arraigadas na Europa particularista e patriarcal. No mesmo texto, Asante menciona Abdias do Nascimento, ao posicionar o quilombismo como nova versão de quilombo, que se reveste de afrocentricidade ao criar outra perspectiva histórica. Requer-se, portanto, que pensemos nossa produção acadêmica como parte desse processo de afrocentricidade, vez que contamos nossas histórias e nossa visão de mundo. Nesse sentido, a afrocentricidade traz uma perspectiva de conhecimento que tenha o olhar do negro, seja africano, seja diaspórico.

Registrar as nossas narrativas e as nossas produções acadêmicas é lutar contra o apagamento epistemológico. O termo epistemicídio foi cunhado por Boaventura de Souza (2009) e refere-se à morte de conhecimentos alternativos. Isto porque ao não dar crédito para a produção de tais grupos, permite-se o apagamento dos seus saberes, tornando o grupo inexistente. Para ele, se constitui de uma ferramenta de dominação étnica-racial. Para Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio vai além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados. É um processo persistente de negação ao acesso à educação (tanto na formulação das estruturas, quanto no acesso ao direito educacional), destituindo-lhes a razão. Para a autora, o modelo ocidental de ciência, tal como o conhecemos, foi instituído junto com a validação de um processo de codificação e valorização do saber a partir de um tipo específico de sujeito cognoscente, que não é o negro. E nesse processo nega-se a razão ao negro pela negação da sua própria racionalidade ou pela assimilação cultural que lhe é imposta. Afinal, a racionalidade do não branco só é passível de tornar-se válida a partir da validação do outro, que é branco. Esse ensaio compreende o epistemicídio como um processo que permitiu e ainda permite que se subalterne, subordine, marginalize ou ilegalize práticas de grupos ou povos diversos.

E sentir na pele ser não-branco foi a experiência que nos uniu, permitindo que nossas leituras pessoais se juntassem e criassem um significado histórico para as similaridades percebidas. E esse ajuntamento se reveste de afeto, solidificando o processo de aquilombamento. O quilombo só é possível pelo afeto.

Beatriz Nascimento (2024), no texto *O quilombo do Jabaquara*, sinaliza que o quilombo é caracterizado pelo fator de coesão grupal a partir da identidade étnica. E esse fator de coesão grupal é o afeto. Não o afeto no sentido romântico, mas o afeto como mantenedor da comunidade. O afeto é o agir do espírito. Como assinala Sobonfu Somé (2003), em *O espírito da intimidade*, a comunidade é o espírito e é o lugar em que se concretiza e se materializa os propósitos individuais. Sem esse agir, sem o afeto, não há uma unidade grupal, não há uma comunidade. Isso faz com que não apenas a comunidade se desestruture, mas morra. Da mesma forma em que o indivíduo sem a comunidade perde o sentido, a pertença e a utilidade. Segundo ela, “a comunidade é uma base na qual as pessoas vão compartilhar seus dons e receberem as dádivas dos outros” (Somé, 2003, p. 35). Ora, se a comunidade é o lugar de exercer as potencialidades, esse grupo de mulheres também pode ser visto como parte de uma comunidade. Portanto, o afeto enquanto fundamento, pode ser caracterizado pelo seu valor civilizatório e não como amor-romântico. E, para além da ideia de pertencimento, esse afeto contribui para a sensação de segurança, conforme identificado pela fala de uma das integrantes do grupo:

Vocês não tem ideia do quanto me fortaleceram para que eu chegasse aqui. Reconhecendo que estou num dos lugares mais seguros e acolhedores em que mulheres pretas usaram do aquilombamento, de formas diferentes, para salvar umas às outras e a nós mesmas, pois entendemos que realmente funciona quando não há competição. Há apenas o desejo genuíno de abraçar, alimentar, ajudar no deslocamento, ajudar a lidar com o racismo imposto e cruel. (Silva, T.L., 2025)

Este fortalecimento; essa percepção de ter um lugar seguro faz parte das estratégias para lidar contra o racismo presente também no ambiente da pós-graduação. Isto porque o racismo é um dos elementos que organiza a sociedade em termos políticos, econômicos e culturais, mantendo a estrutura posta e, portanto, normalizando a hierarquização das diferenças. Rebelar-se contra essa normalização, requer uma posição ativa, pois a inércia mantém as forças que já estão ali colocadas. Esse posicionamento ativo é o antirracismo. Ele requer que se observe como a racialidade serve como instrumento de organização social, ou seja, requer que se identifique a negritude, a branquitude, a manutenção de privilégios e possíveis estratégias para mudar esse cenário social. No campo educacional, esse processo abraça uma postura crítica de percepção do mundo e da possibilidade de ensinar: tanto o processo de ensinar, quanto o que ensinar, quanto o que produzir cientificamente.

Nesse sentido, merece atenção o arcabouço legislativo da instituição educação. A educação, no contexto formal, foi institucionalizada pelo Estado e, hoje, é fundamentada pela Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), que dispõe, entre outras questões, sobre a educação superior, suas finalidades e organização: formar profissionais para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira; e incentivar a pesquisa científica. Essa lei também dispõe que as universidades são instituições pluridisciplinares, sendo responsáveis pela produção intelectual decorrente do estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico quanto cultural. Logo, corpos diversos no ambiente acadêmico podem ou não contribuir para a escolha de quais temas ou problemas possam ser considerados mais relevantes e, com isso, alterar a dinâmica da produção intelectual e científica. Esses questionamentos importam na medida em que refletem que há um problema social que pode e deve ser analisado, validando-o e revelando a necessidade de se apresentar o estudo da produção acadêmica como um problema de pesquisa válido.

Mas a relação da produção acadêmica passa antes pelo ingresso na pós-graduação - questão que é trabalhada no texto *Aquilombamento de coletivos educacionais e a inserção de negros, indígenas, LGBTQIA+ na pos-graduação: um estudo de caso Itéramãxe*, (Quintiliano, K., 2024), no qual objetivou-se investigar a entrada desses grupos na pós-graduação a partir do estudo de caso do Itéramãxe, que é um coletivo que se define como um quilombo moderno e urbano e que dá assessoria para o processo seletivo. Questão que também foi tratada na dissertação de mestrado: *Itéramãxe, perseverando pelas narrativas da educação antirracista*, no qual também investiguei o coletivo Itéramãxe, pela perspectiva do quilombismo e aquilombamento, questionando o papel social do coletivo para a inserção de corpos diversos na pós-graduação, bem como dialoguei sobre como se dão as relações sociais dentro do coletivo. A ideia foi dar visibilidade a corpos não-brancos que acessam o ambiente acadêmico, combatendo a subalternização dos corpos e saberes, relacionando as dinâmicas com o quilombismo e o aquilombamento.

Apresentar outras realidades permite que não se naturalize corpos negros em outros ambientes, que não são educacionais, como, por exemplo, ambientes prisionais. Outras duas integrantes desse grupo desenvolvem pesquisas no mestrado sobre o encarceramento e a relação disso com a negritude, levando-me

a questionar o motivo da naturalização do corpo negro no ambiente prisional e não no espaço acadêmico.

Andrea Alves aprofunda essa discussão ao questionar as faltas disciplinares como instrumento de manutenção do cárcere, na pesquisa de mestrado, em andamento, intitulada provisoriamente como *O impacto da falta grave na manutenção do encarceramento da população negra: uma análise interseccional dos efeitos colaterais acerca da punição nas prisões paulistas*. Sendo certo que tal pesquisa parte da vivência dela como agente pastoral observando a permanência dos corpos das pessoas encarceradas no espaço do castigo ou a transferência desses corpos para outros estabelecimentos prisionais, em razão do descumprimento das normas disciplinares. Importante pontuar que a pesquisa dela não trata somente de pessoas negras privadas de liberdade, mas deve-se considerar que grande parte das pessoas encarceradas são negras. Segundo ela, a análise interseccional proporcionou evidenciar “como as pessoas negras em condição de aprisionamento estão sujeitas ao aprofundamento das opressões”(2024).

Por sua vez, Michele Ferreira de Oliveira, intersecciona o cárcere com gênero, ao desenvolver sua pesquisa de mestrado sobre como mulheres sobreviventes do cárcere se mobilizam politicamente no município de São Paulo. E aqui cabe uma nota sobre essas mulheres serem consideradas sobreviventes, vez que as condições do cárcere são de violência extrema e manter-se viva após o cárcere é ser sobrevivente.

Somente o cárcere pode ser um ambiente de violência extrema? Ou a outras violências a considerar que possam ou não favorecer o adoecimento mental? Nesse sentido, a pesquisa de Mariana Bonfim Ferreira se conecta a estas que já foram aqui apresentadas: pela interseccionalidade da dor. Sendo assim, a relação entre adoecimento mental e mulheres negras é tema de interesse na pesquisa de mestrado de Mariana Bonfim Ferreira. Ela escreveu o artigo *Irmãs do Inhamé: a saúde mental como prática de resistência* (2024), no qual apresenta uma resenha da obra de bell hooks, dialogando com Alice Walker e Toni Morrison, tratando o bem-estar e a auto recuperação como processo de resistência: “o livro é uma conversa franca com outras mulheres negras acerca das questões que as afligem e as ferem, pois a autora compreende que, sem a cura de feridas internas, não é possível a resistência política”(Ferreira, 2024, p. 7). Na pesquisa de mestrado, em andamento, ela reflete sobre o preterimento das

mulheres negras nas relações afetivo sexuais e sociais, relacionando com o sofrimento psíquico vivenciado por essas mulheres. Compreende-se, nesse ensaio, que o fortalecimento de vínculo afetivo e social, como o que se estabeleceu nesse grupo de mulheres do mestrado, tornou-se ferramenta de combate ao adoecimento mental.

Outra ferramenta é o autocuidado e o uso adequado da raiva: tema de pesquisa de Tamillys Lírio Silva, que utiliza as ideias de Audre Lorde como referencial teórico. Sobre o tema, Tamillys Lirio da Silva publicou o artigo *O Hip Hop como estratégia de organização da raiva. Contribuições para sobrevivência de mulheres negras de favelas* (2024). No artigo, ela articula o pensamento de Audre Lorde, Beatriz Nascimento e Marielle Franco, com o movimento Hip Hop: “um caminho estratégico para organizar a raiva (...) um caminho para nomear e afirmar identidades que são o alvo das políticas de morte e silenciamento presentes no país”(Silva, 2024, p 13). Por sua vez, Audre Lorde (2019) relaciona o uso da raiva como uma ferramenta de autocuidado, manifestando a sua preocupação com as mulheres negras voltarem seus olhares para si mesmas.

E essa questão também foi impulsionador para a formação desse grupo de mulheres negras no mestrado. Não uma raiva direcionada a pessoas específicas, nem a situações pontuais. Uma raiva contra a opressão decorrentes tanto do racismo estrutural, como das demais opressões a que estamos e estivemos sujeitas enquanto mulheres. Como ensinou Lorde (2019) e evidenciou Lírio (2024), não podíamos deixar a raiva nos consumir; antes, poderíamos usar essa raiva como uma força para resistir e perseverar no mestrado. Uma raiva que nos uniu, une e nos aquilomba.

Apontar para o cárcere, como Andrea Alves Pinto ou Michele Ferreira de Oliveira, ou para a saúde mental, como Tamillys Lirio Silva e Mariana Bomfim Ferreira, é apontar também para a pós-graduação como um espaço válido de ocupação por corpos negros. É também permitir identificar que ter um espaço seguro, como esse grupo de mulheres negras no mestrado, permite que as pesquisas de mestrado se fundamentem na negritude, tratando dos corpos negros ou da práxis negra. Observa-se também pela leitura da produção acadêmica dessas mulheres negras que os referenciais teóricos também são majoritariamente negros, o que permite dizer que trata-se de um reflexo da afrocentricidade pois têm em sua centralidade um corpo negro _ um corpo negro

objeto de estudo; um corpo como produtor de conhecimento; um corpo negro como referencial teórico.

3. Considerações finais

Compreender a dinâmica de relações que se construíram nesse grupo de mestrandas é fomentar discussões acerca de como a nossa construção de vínculo contribuiu para a nossa produção acadêmica, a partir dos processos de afrocentricidade, aquilombamento e quilombismo.

Complemento que percebo a produção desse ensaio como resultado das inquietações sobre a importância da produção acadêmica, uma vez que, como já demonstrado, tanto a perspectiva de mulheres negras quanto a negritude estão no centro das produções desenvolvidas durante e para o mestrado. Da mesma forma que restou demonstrado que o estar na pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC pode ser considerada a tomada de um posto de poder, como apontado pelo quilombismo. Da mesma forma, o agrupamento dessas cinco mulheres negras formou um quilombo moderno, dinâmico e resistente, que buscou referenciar a ancestralidade olhando para o futuro.

Assim, considerando as narrativas apresentadas e extratos das produções desenvolvidas pelas mulheres do quilombo acadêmico estudado, esse ensaio conclui que a produção acadêmica das mulheres negras desse grupo não materializa o epistemicídio a que poderiam estar sujeitos esses saberes. Antes, questiono as epistemologias eurocêtricas e patriarcais. E mais, representa a unidade quilombola e quilombista, tornando esse ensaio relevante por registrar a produção acadêmica dessas mulheres negras, decorrente do processo de afrocentricidade.

Referências

ALVES, A. Depoimento em entrevista. 2024

ASANTE, M. K. **Afrocentricidade: a teoria da mudança social**. Tradução de Monteiro-Ferreira, A., Mizani e A, Lucia, A. Philadelphia, PA.: Afrocentricity International, Inc. UPCA União de Coletivos Pan-Africanistas, 2014

ASANTE, M. K. Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia. Tradução: Noguera, R., Moraes, M. J. D. e

Carmo, A. **Ensaaios Filosóficos**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 09-18, dez. 2016. Disponível em: https://www.ensaaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo14/00_Revista_Ensaaios_Filosoficos_Volume_XIV.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

BENTO, Cida. **Nenhum saber para trás: os perigos das epistemologias únicas** [Depoimento em documentário]. Direção de Fabio Rodrigo. Produção: Alma Preta Jornalismo; Observatório da Branquitude, 2023. 17 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nwexf2nbYTU>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. **Lei 9394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em 03 abr. 2024.

CARNEIRO. Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2024.

CARVALHO, Jamile; QUINTILIANO, Rachel. Conquistas e desafios à participação política de jovens mulheres negras. **Jovens Feministas Presentes**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FERREIRA, M. B. S.; VASCONCELOS, B. M. Irmãs do Inhamé: a saúde mental como prática de resistência. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 1–7, 2024. DOI: [10.14393/CEF-v37n1-2024-16](https://doi.org/10.14393/CEF-v37n1-2024-16). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/72955>. Acesso em: 30 mar. 2025.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

KILOMBA, G. O racismo é uma problemática branca, conversa com Grada Kilomba. **Carta Capital**. São Paulo, março, 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-racismo-e-uma-problematica-branca201d-uma-conversa-com-grada-kilomba/>. Acesso em 04 out 2025.

LIRIO DA SILVA, T.; MENDES, B. O Hip Hop como estratégia de organização da raiva: contribuições para sobrevivência de mulheres negras de favelas. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024. DOI: [10.9771/rev.fem.v12i1.61038](https://doi.org/10.9771/rev.fem.v12i1.61038). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/61038>. Acesso em: 30 mar. 2025.

LORDE, A. **Irmãs outsider**. Tradução Stephanie Borges. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo. Documentos de uma militância pan-africanista.** Petropolis, RJ: Ed Vozes, 1980

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história negra feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos.** Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro, da senzala ao soul.** [Depoimento em Documentário.] Direção: PRIOLLI, Gabriel; Araujo, Delfino. São Paulo: TV Cultura, 1977. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-LhM1MaPE9c&list=PLnryriWgbsUBl7qSznGK13bELr7hK8FNT>. Acesso em: 16 jul. 2022.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** (trad) Ricardo Santiago. São Paulo: Letras e voz, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org). **Epistemologias do Sul.** Coimbra, Portugal: Edições Almedina S.A., 2009.

SOME, S. **O espírito da intimidade, ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar.** São Paulo: Ed. Odysseus, 2003.